

Novo mercado promete revolução

Gilberto Leite



O Centro Histórico de Cuiabá passará por uma reformulação completa até 2023, prometeu o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), ao apresentar os estudos técnicos para revitalização do Mercado Municipal de Cuiabá na manhã desta sexta-feira (16). Além do mercado, a Prefeitura avalia a implantação de vários outros projetos por meio de Parceria Público-Privada (PPP). A 'cereja do bolo' é a revitalização do Mercado Municipal. O projeto inclui ainda a modernização do sistema de estacionamento na região central

PÁG. 6

Ministério desmente Bolsonaro e confirma R\$ 5 bilhões para MT

PÁG. 5

Número de devedores cresce 3,91%

Em março, a inadimplência cresceu em Mato Grosso quando comparada com o mês anterior. Os dados são do levantamento da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Na passagem de fevereiro para março, o número de devedores no Estado cresceu 3,91%, totalizando aproximadamente 1,129 milhões. Os mais endividados são pessoas de 30 a 39 anos (26,23%)

PÁG. 8

Mato Grosso dá isenção de IPVA

Mato Grosso irá isentar motoristas de aplicativos e empresários dos setores mais afetados pela pandemia de covid-19 do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O projeto foi apresentado pelo governador Mauro Mendes (DEM) aos deputados estaduais e já foi aprovado em duas votações na Assembleia Legislativa, faltando apenas a sanção do governador para que comece a valer

PÁG. 3

Botelho não vê motivo pra CPI

Primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM) afirmou ser contra a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do governo de Mato Grosso no combate à pandemia de covid-19, como está sendo feito no Senado Federal. Segundo ele, não há indícios de irregularidades que justifiquem a abertura de uma comissão de investigação similar em âmbito estadual

PÁG. 5

Estado volta a decretar situação de emergência

Gilberto Leite



O governador Mauro Mendes declarou situação de emergência em Mato Grosso devido ao avanço da covid-19. A medida atende a solicitação da Defesa Civil Estadual, já que todas as cidades têm classificação de risco alta ou muito alta, e terá validade de trinta dias, podendo ser prorrogada por até 180 dias. O decreto deverá passar pela validação do governo federal. A declaração de emergência ajuda os 141 municípios a conseguirem, com menos burocracia, realizar ações de enfrentamento ao coronavírus

PÁG. 6

Mato Grosso pode ir ao STF pela Sputnik V

Christiano Antonucci / Secom-MT



Tanto o governador Mauro Mendes (DEM), quanto o procurador-Geral do Estado, Francisco de Assis da Silva Lopes, não descartam a possibilidade de acionarem o Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberação da Sputnik V pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Contudo, essa deve ser apenas a última via de ação, para evitar novos conflitos com a agência reguladora. O governador disse que tem cobrado diariamente da Anvisa. Segundo ele, todos os Estados que compõem o consórcio de compra da vacina cogitam seguir o exemplo do Maranhão e ingressar com mandado de segurança para garantir a compra da vacina

PÁG. 4

Crise da carne ameaça fechar frigoríficos não exportadores

PÁG. 7

EDITORIAL

Tomando fôlego

Aos poucos começamos a colher o resultado dos sacrifícios feitos durante a fase mais crítica da pandemia em Mato Grosso. O número de internações de pacientes com covid-19 caiu 18,1% nos últimos 20 dias, saindo de 2.430 para 1.989 o total de pessoas infectadas lutando para viver nos hospitais. Ainda não é hora de comemorar, muito menos de relaxar, já que ainda existe uma fila de pacientes aguardando vaga em UTI para poder ter o tratamento adequado.

O número de novos casos e de óbitos registrados dia-

riamente também continua muito alto, mostrando que o vírus é uma ameaça constante, à espera de qualquer brecha para atacar. Basta ver que já perdemos mais de 1.150 pessoas para o vírus só nos primeiros 15 dias desse mês, quase o dobro do registrado no mesmo período do mês de março. Ainda assim, podemos vislumbrar uma pequena redução no número de óbitos, já que foram 1.250 mortes nos últimos 15 dias de março.

Os dados são um 'tapa na cara' dos críticos do isolamento social, pois mostram, sem sombra de dúvidas, que

as restrições funcionam. E funcionam mesmo quando são apenas restrições para 'inglês ver', como aconteceu em Mato Grosso, com os prefeitos relaxando as poucas medidas restritivas que o governo do Estado adotou. Apesar de todo o negacionismo, a ciência prova seu ponto, mais uma vez.

Poderíamos ter resultados ainda melhores, como teve a cidade de Araraquara, em São Paulo, se nosso setor produtivo tivesse a coragem de abrir mão dos parcos lucros (ou do prejuízo, segundo eles) obtidos durante este pequeno período de 20 dias para adotar medidas ainda mais restritivas. Como águas passadas não movem moínhos, resta-nos manter

a vigilância constante para preservação de vidas, como demanda o momento atual.

Se a opção é por medidas poucas restritivas, há que se ter em mente que elas precisarão durar muito mais tempo para começar a surtir efeitos expressivos. Para alguns setores, essa notícia é péssima, já que dependem do fim do toque de recolher e das restrições sobre o consumo local para poder colher seus resultados. Importante lembrar, no entanto, que foram esses mesmos setores quem mais pressionaram pelo fim das medidas restritivas. Quem dava ouvidos aos mais antigos já deve ter escutado que quem faz serviço pela metade trabalha dobrado.



Os dados são claros. Graças às restrições que adotamos em Mato Grosso, saímos da casa dos 17 mil casos ativos para pouco mais de 13,6 mil. Ainda está ruim, mas aos poucos deixamos uma das fases mais tristes de nossa história. Fiquem em casa, se puder. Usem máscaras e se cuidem. Enquanto não houver vacina para todos, o vírus continuará sendo um inimigo terrível.

As dores do crescimento

Rodrigo Santos (*)

Os quase 20 anos de atuação no mercado financeiro, dedicando a maior parte do tempo à estruturação de operações de crédito para grandes e médias empresas, me fez conhecer os ciclos de crescimento e necessidades dessas companhias.

Toda empresa privada nasce de uma ideia ou propósito, de um ou mais empreendedores, com fim específico de gerar resultados e lucros aos que investiram capital financeiro ou intelectual na empreitada.

Normalmente, a empresa começa pequena e seu crescimento acompanha o ritmo do mercado (ele é sempre soberano) e da capacidade dos empreendedores de desenvolver seu plano de negócio, sendo eficientes na operação e atento às oportunidades.

O primeiro ciclo de crescimento, que dura em média 5 anos desde a fundação, é com certeza o mais desafiador e exige resiliência e muita dedicação por parte dos empreendedores e executivos à frente da empresa.

Poderia enumerar aqui dezenas de desafios neste ciclo, mas crescer evoluindo o

padrão de profissionalismo e governança, além da estrutura de capital adequada estão entre os principais. Essas são as principais "dores do crescimento" empresarial.

Boa parte dos nossos clientes nos procuram exatamente na etapa de romper esse ciclo e passar a uma nova fase de crescimento. Junto com o período de crescimento surgem os ciclos de necessidades para atender justamente essa "pressão" que a empresa tem por melhoria na governança e na estrutura de capital. Se a empresa está crescendo e se transformando, suas necessidades também estão. E com certeza a forma de gerir o negócio e suas necessidades de capital já são totalmente diferentes.

O segredo está na forma com que o empresário lida com esses novos ciclos de crescimento e necessidades e que resposta dá a essas novas demandas. Uma boa resposta é sempre evoluir em profissionalismo e gestão, e buscar atender sua demanda de capital (novos recursos, investimento ou giro) da forma mais eficiente e sadia para vida financeira da empresa. Implementar os modelos de governança adequados ao momento e as perspectivas de crescimento

dará segurança e transparência aos sócios e ao mercado.

Na prática, podemos citar como ações a criação de controles internos, melhora do nível de formação e experiência das equipes, implantação de políticas para setores de maior risco para empresa, auditar os números financeiros e contábeis, estabelecer comitês e conselhos para ajudar nas tomadas de decisões estratégicas. Além dos desafios acima, o empresário ainda precisa de recursos para garantir o crescimento sustentável.

Conheço algumas empresas que cresceram nos últimos anos, mas sem o devido cuidado com governança e com a estrutura de capital que está utilizando para sustentar esse crescimento. E, com certeza, sei também qual será o fim, pois já vi esse filme algumas vezes.

O melhor caminho é começar! Implante as melhorias de gestão dentro de uma lista que chamo de "prioridades por alcance" - onde você executa obedecendo a ordem de prioridades de acordo com o alcance da sua possibilidade de executar. Assim você nunca deixa uma prioridade que está à sua frente parada esperando por uma

mais bem ranqueada, mas que não pode ser executada agora.

Quando o assunto é estrutura adequada de capital para o crescimento, o mercado bancário tradicional normalmente não consegue atender o nível de especificidade das demandas. Pois cada empresa tem uma necessidade, um plano de crescimento, uma sazonalidade de operação, um fluxo de caixa, e assim por diante.

Uma boa alternativa para isso, embora menos conhecida, é o Mercado de Capitais. Com a principal característica de colocar o investidor mais próximo das empresas, as modalidades de crédito por este modelo têm se demonstrado cada vez mais flexíveis e acessíveis.

O que todo empresário deve saber é que existe um universo de possibilidades no mercado para ajudá-lo a romper seus ciclos, atendendo suas necessidades e facilitando seu plano de crescimento.

*RODRIGO SANTOS é administrador de empresas com MBA em Mercado de Capitais e diretor executivo da RSA Capital



Grãos: ambiente e saída

Arno Schneider (*)

O Estado brasileiro atribui terras. Decide sobre criar parques nacionais, que são as Unidades de Conservação que ocupam 16% do Brasil. As áreas indígenas, que beneficiam todas as etnias totalizam 14% do nosso território.

Somadas formam aquilo que a ONU denomina Áreas Protegidas que no Brasil abrangem 30% das terras nacionais, o tamanho da Argentina. Adicionando ainda as reservas legais e as áreas de proteção ambiental, que o código florestal nos impõe, ficaremos com 67% de áreas protegidas no território nacional. A parte destinada à produção não chega a 25% do total.

Em um estudo feito pela Embrapa Territorial, a maioria dos países não protege mais que 10% do seu território. E o que eles protegem? Desertos, regiões geladas e cadeias de montanhas que não despertam a cobiça de ninguém. Talvez invasões ilegais

ocorram por motoqueiros para exercitar o seu motocross.

Já no Brasil é difícil conter essas explorações ilegais. São áreas imensas e ainda cobertas de riquezas como madeira e minérios que atraem a cobiça de aventureiros. Esperamos que em breve esse problema seja solucionado.

Segundo publicação no Estadão os portos fluviais do Norte situados nos Estados de RO, AM e PA estão cada vez mais exportando grãos e com potencial de chegar, em breve, a 50% do total produzido na região.

Por outro lado, as inúmeras reservas indígenas e parques nacionais, dificultam um traçado técnico de novas ferrovias e rodovias. Temos que achar uma solução para esse impasse. Praticamente já temos as rodovias, porém as ferrovias é que reduzirão o frete dos grãos, carnes e o preço do insumo, principalmente os fertilizantes e combustíveis, desafogando os portos e as rodovias do Sul e Sudeste, que já estão chegando ao seu limite.

Isto é essencial para quem produz grãos, depende de caminhões e está a 2.000 km dos atuais portos, como é o caso do MT. Custos menores viabilizariam definitivamente a região para a produção agropecuária.

O recente bloqueio da Ferrogrão por parte do STF, por solicitação do PSOL, argumentando que o traçado teria invadido parques e reservas indígenas, é um exemplo dessas dificuldades.

Atendendo aos argumentos o STF resolveu bloquear o projeto com 933 km de extensão, que ligaria o município de Sinop ao porto de Miritituba, à margem do rio Tapajós, no Pará.

Vejam os fatos:

Os trilhos da ferrovia não passarão por nenhuma reserva indígena ou parque. Correrão em toda sua extensão ao longo da faixa de domínio, na lateral da rodovia BR - 163, já concluída e ambientalmente aprovada. Isto dispensa qualquer outro comentário.

Quanto diesel deixaria de ser queimado com redução das emissões de CO2.

É possível, sim, conciliar desenvolvimento tecnológico e progresso, sem comprometer o ambiente.

Em vez de simplesmente solicitar o bloqueio da construção, as ONGs e o partido PSOL poderiam sugerir soluções e incentivar o projeto da ferrovia. Radicalismos vindos de qualquer lado não são bem vindos.

Após o impasse, o ministro da infraestrutura, Tarcísio de Freitas, conversou com diversos ministros do STF sobre a importância e a real situação ambiental do projeto da ferrovia.

Vamos aguardar os próximos acontecimentos e torcer para que esta decisão seja revertida.

ARNO SCHNEIDER é Engº Agrº e pecuarista



Vendaval

Lourenbergue Alves (*)

As chuvas de março são sempre muito fortes. Provocam enchentes, e estas, não raramente, promovem desabrigados. Muitas pessoas, nestas condições, perdem todos seus pertences. Sentem-se impotentes, incapazes de reagir. Isto, talvez seja, o pior de tudo. Sensação desesperadora. A mesma que dezenas, centenas e milhares estão tendo agora, ainda que não tenham havido cheias, mas as ondas e as correntezas feitas

pelo Covid-19 são desastrosas, com perdas irreparáveis. Perdas que causam uma dor terrível, cujas feridas não são cicatrizáveis. Afinal, ninguém sossega diante das mortes que são tantas, mais tantas, que o redemoinho causado varre as esperanças restantes. Nem ao menos, ficam gotículas do esperar. Pois inexistem vagas nas UTIs e nas enfermarias, ao passo que cresce, assustadoramente, a demanda.

Uma demanda que assusta, amedronta e preocupa. Preocupação que se agrava com

o compasso lento, quase como os passos de uma tartaruga, da vacinação. Falam-se os agentes públicos. Fazem eco os agentes políticos. Repicam na imprensa. Mas nada de um planejamento, de planos de ações, tampouco de um trabalho conjunto, de mãos dadas entre a União, Estados e municípios. Afinal, diz o artigo 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

O que se vê, lê e ouve nada tem de relevante, com governantes se pegando em brigas de ruas: de um lado o presidente com governador paulista, de outro o governador mato-grossense e o prefeito cuiabano. Cada um desses senhores tem seus próprios coros. Coros que realçam e dão forças as bobagens ditas por eles. Coros compostas de bajuladores sem cargos e de bajuladores com cargos. Coros, cujas vozes são, na verdade, ecos das falações daqueles senhores em brigas, e se espalham de forma rápida e com eficiência, até porque se valem da imprensa, de grupos de whatsapp e das redes sociais. Replicadas se tornam bem maiores, uma vez que se associam as versões surgidas, mas com um fim, um propósito bem definido, componente de uma tática, com o objetivo de angariar dividendos político-eleitorais para seus bajulados, pugilistas de ruas, os quais visam tão somente seus interesses. Interesses nas eleições de 2022. Dai seus empenhos nas brigas de agora. Briga que nenhum benefício

traz ao país, unidade e ao município. Pois, em momento algum, pensam-se no coletivo, na imensa maioria da população.

Ainda que grande parte da população tenha se acomodado na arquibancada tão somente como torcedor. Torcem ou para "A", ou para "B", ou para "C", ou para "D", ou quem sabe, talvez, para "A" e "B", ou para "B" e "C". Tem-se, desse modo, o espetáculo. Espectáculo de péssimo gosto, de pior "script", de roteiro desastroso. Desastre bem maior com os números cada vez maiores de mortes. Retrato, cujo negativo baixa a nota do Estado, desqualifica os gestores em brigas, e afasta o que ainda resta de esperança. Quadro que está longe, muito longe do papel de verdadeiros estadistas. Estadistas há muito inexistentes. Aliás, os verdadeiros estadistas tornam-se visíveis justamente na adversidade, em um cenário de caos, de terra arrasada. Se até agora, eles não pareceram, jamais aparecerão, pois já se completou, há dias, um ano de pandemia. E o que se viu até o momento, claro, não foi outra coisa senão erros e mais erros, seguidos de acusações mútuas. Pobre país, pobre torrão mato-grossense, pobre terra cuiabana, que completara seus 302 anos de existência, com vidas ceifadas de muitos de seus filhos, adotivos ou de nascimentos, por conta do vendaval do coronavírus e da incompetência de gestores. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Jornal

IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

ALÍVIO NO BOLSO

Motoristas profissionais e empresários dos setores mais afetados da pandemia serão beneficiados pela medida, que custará R\$ 36,1 mi ao Estado

547 mil ficam isentos do IPVA

Mayke Toscano/Secom-MT



Gabriel Soares

Mato Grosso irá isentar motoristas de aplicativos e empresários dos setores mais afetados pela pandemia de covid-19 do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O projeto foi apresentado pelo governador Mauro Mendes (DEM) na manhã da quarta-feira (10) e já foi aprovado em duas votações na Assembleia Legislativa, faltando apenas sua sanção para que comece a valer.

Dados apresentados pelo governo apontam que a isenção alcançará cerca de 628 mil veículos pertencentes a 547 mil contribuintes. Isso importará em uma renúncia fiscal de R\$ 36,1 milhões aos cofres públicos neste ano.

“Você que tem uma Biz, uma moto de pequeno porte, que usa esse veículo como transporte, bem como autônomos e motoboys, não precisarão pagar o IPVA em 2021. Dentro dessa isenção, estão também os táxis e motoristas de aplicativos. Todos estarão isentos de pagar IPVA”, destacou o governador.

Durante a tramitação na Assembleia Legislativa, alguns parlamentares ainda quiseram incluir mais algumas categorias em meio ao benefício, mas o presidente da Casa, Max Russi (PSB), orientou a não fazer alterações no projeto para que a tramitação fosse feita da forma mais célere possível. Assim, os deputados terão que articular a expansão do benefício.

Primeiro-presidente da Casa, Eduardo Botelho (DEM) ressaltou que a Assembleia apresentou ao governo várias ações para aliviar a crise trazida pela pandemia e boa parte delas foi acatada. “Dentre várias medidas que solicitamos, essa foi acatada pelo governo do Estado e encaminhada à Assembleia Legislativa. Esperamos, ainda, a análise de novos auxílios”, comemorou.

VEJA QUEM ESTÁ ISENTO:**Bares, restaurantes, setor de eventos**

- motocicleta com potência de até 160 (cento e sessenta) cilindradas cúbicas;
- motocicleta com potência acima de 160 (cento e sessenta) até 300 (trezentas) cilindradas cúbicas;
- automóvel de passeio, cujo valor médio de mercado seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- automóvel de carga ou misto;
- veículo terrestre de carga ou misto, jipe, picape e camioneta com cabine fechada ou dupla.

Motorista de aplicativos

- Automóvel de passeio, cujo valor médio de mercado seja igual ou inferior a R\$ 100 mil

Setor de Transporte de Turismo e Escolar

- Empresas que utilizem veículos:
- a) para o transporte de fretamento turístico e contínuo;
- b) para o transporte escolar;
- Veículos devem estar autorizados pelos órgãos competentes e:
- A) Estarem na posse ou propriedade da empresa de transporte de fretamento turístico e contínuo, ainda que em nome de sócios;
- B) Estarem na posse ou propriedade de empresa de transporte escolar, ainda que em nome de sócios

Pessoas físicas e microempresários individuais (autônomos) pequenas empresas do simples nacional

- motocicleta com potência de até 160 (cento e sessenta) cilindradas cúbicas

Hotéis e Similares

- motocicleta com potência de até 160 (cento e sessenta) cilindradas cúbicas;
- motocicleta com potência acima de 160 (cento e sessenta) até 300 (trezentas) cilindradas cúbicas;
- automóvel de passeio, cujo valor médio de mercado seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- automóvel de carga ou misto;
- veículo terrestre de carga ou misto, jipe, picape e camioneta com cabine fechada ou dupla.



Pelos cálculos do governo, isenção irá alcançar 547,9 mil contribuintes mais afetados durante a pandemia

“TEM QUE INVESTIGAR”**Mauro Mendes diz que não teme ser alvo da CPI da Covid**

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) disse que não teme ser investigado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, criada pelo Senado Federal na última terça-feira (13) para apurar o uso dos recursos federais destinados para o combate à pandemia.

Após pressão de aliados do presidente Jair Bolsonaro, que era o principal alvo da CPI, os senadores decidiram incluir governadores e prefeitos entre os investigados. Mendes disse que não ver problema algum se isso acontecer e lembrou que não é preciso criar CPI para investigar

ações de governadores e prefeitos.

“Eu estou muito tranquilo, pode investigar, não tem problema nenhum. Mas, não precisa de CPI para investigar não. Tem aí o Ministério Público para investigar, tem o Tribunal de Contas Estadual, tem o TCU para investigar. Pelo amor de Deus, investigue. Tem que parar de fazer barulho nesse país e trabalhar mais”, disse Mauro.

A ação do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) também foi alvo de críticas do governador. Segundo ele, o MP-MT faz um “muito barulho” sobre as investigações de supostas irregularidades praticadas por agentes públicos,

mas não dá o mesmo tratamento quando percebe que não houve corrupção ou erro.

“O Ministério Público tem que investigar mesmo. Agora, investiga com rapidez, com celeridade, sem ficar fazendo barulho. Eu sempre fui zangado com isso: primeiro faz um barulho, depois não descobre nada e aí fica quieto, não vem a público no mesmo nível. Isso é muito ruim, parece que é uma sociedade que faz apologia do mal. Quando a notícia é ruim, todo mundo divulga. Quando a notícia é boa, nem Ministério Público, nem Tribunal de Contas colocam a mesma manchete para dizer ‘nós erramos’”, concluiu.

CADA UM NO SEU QUADRADO**Bezerra: Congresso não pode investigar governador**

Da redação

Inconformado com a proposta de incluir prefeitos e governadores na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigará as ações do governo federal no combate à pandemia, o deputado federal Carlos Bezerra (MDB-MT) afirmou que não cabe ao Congresso Nacional investigar detentores de tais cargos. A explicação óbvia foi feita na última quarta (14), quando o parlamentar se fez presente no Palácio Paiaçuás.

“Não pode incluir governadores e prefeitos. Isso foge da competência

da esfera federal. Quem tem competência sobre governadores e prefeitos é a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça aqui do estado”, explicou Carlos.

Além de relembrar os papéis constitucionais de cada nível da federação, Bezerra também classificou as falas do presidente Jair Bolsonaro como “grande bobagem”. Ele se referiu à conversa do chefe do Executivo com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), que foi gravada e divulgada pelo senador. Na ligação, o presidente pede que a CPI se estenda às outras

esferas “para ser mais justa”.

O senador Carlos Fávaro (PSD-MT), por sua vez, decidiu assinar o requerimento da CPI após a inclusão dos governadores e prefeitos. Ao anunciar sua assinatura, ele afirmou que a investigação precisa ser séria e técnica.

“Qual gestor público tem receio de ser investigado? Quem faz as coisas certas não tem receio de investigação”, falou.

Mesmo sendo a favor da CPI ampla, Fávaro diz que esse não é o momento, já que ela vai atrapalhar o combate à pandemia.

COMÉRCIO ABERTO**Projeto acaba com feriados estaduais**

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram em segunda votação, um projeto de lei do deputado Ulysses Moraes (PSL) que transfere todos os feriados municipais e estaduais em pontos facultativos até dezembro de 2022.

De acordo com o autor do projeto, a ideia é dar um alívio ao setor produtivo e permitir a recuperação das perdas registradas durante a pandemia, principalmente devido às medi-

das restritivas que foram decretadas para conter o avanço do novo coronavírus.

“Essa medida busca minimizar os impactos da quarentena forçada, tornando facultativo os feriados estaduais e municipais do vigente ano e do seguinte, como forma de buscar que haja o máximo de dias úteis para a realização da atividade econômica e produtiva, buscando, assim, a retomada do desenvolvimento econômico, da geração de empregos e renda”,

diz parte da justificativa do projeto

Se o projeto for sancionado pelo governador Mauro Mendes (DEM), os feriados serão considerados dias normais e o comércio poderá funcionar como um dia normal, mesmo durante a vigência do decreto do toque de recolher, que obriga o fechamento durante domingos e feriados.

O deputado ainda destacou que ficará a cargo dos prefeitos a decisão sobre a mudança dos feriados locais.

MENTIRA NAS REDES**Abílio é condenado por fake news**

Da redação

O ex-vereador Abílio Brunini (Podemos) foi condenado pelo 8º Juizado Especial Cível de Cuiabá e obrigado a se retratar por espalhar fake news contra Luany Masson, esposa do vereador Paulo Henrique (PV).

No dia 08 de abril de 2020, Luany publicou em seu Facebook fotos com a legenda “aniversário do moço”. Nas imagens estavam

o prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB), o então presidente da Câmara Municipal, Misael Galvão, secretários municipais e o marido de Luany, Paulo Henrique.

Abílio replicou as imagens dizendo que o chefe do Executivo Municipal estava participando de uma festa e se aglomerando, enquanto pede para a população ficar em casa. Luany tomou conhecimento da postagem e

disse que Brunini teria que provar que a festa havia acontecido recentemente.

Luany disse que iria procurar seus direitos na Justiça, já que tinha provas que a festa aconteceu antes da pandemia. Ao ser condenado, Abílio teve que se retratar em seu perfil no Facebook onde fez a publicação acusando falsamente Luany.

“Minha atitude trouxe respota das publicações de forma nega-

tiva a imagem da Sra LUANY e sua família, reconhecendo que não são verdadeiras que está e sua família, estavam promovendo festa em período de quarentena. Pedindo desculpas pelo transtorno causado e pela publicação do facebook da Sra Luany onde afirmou que está e sua família estavam em desrespeito ao decreto municipal e estadual”, diz parte da publicação de Abílio na tarde da última quarta-feira (14).



Gilberto Leite

Abílio foi o obrigado a se retratar após postar notícia falsa nas redes sociais

“ÚLTIMA OPÇÃO”

Mauro decide aguardar resposta da Anvisa e diz que só vai recorrer ao STF pela importação da Sputnik V se for estritamente necessário

MT resiste em processar a Anvisa



Da redação

Tanto o governador Mauro Mendes (DEM), quanto o procurador-Geral do Estado, Francisco de Assis da Silva Lopes, não descartam a possibilidade de acionarem o Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberação da Sputnik V pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Contudo, essa deve ser apenas a última via de ação.

O governador disse que tem cobrado diariamente da Anvisa. Segundo ele, todos os Estados que compõem o consórcio de compra da vacina cogitam seguir o exemplo do Maranhão e ingressar com mandado de segurança para garantir a compra da vacina.

Mauro falou também que vai evitar novos

conflitos com a Anvisa e com o governo federal e diz que espera não ser necessária a judicialização do caso.

“Eu acredito que não será necessário (judicializar), mas se for necessário eu não vou deixar nenhuma vacina parada em aeroporto porque Anvisa, ou órgão A, B ou C não quis liberar. Vou à Justiça se necessário, espero que não seja”, detalhou Mendes na manhã da última quinta-feira (15).

Francisco também confirmou a informação. Ele explicou que a decisão do ministro Ricardo Lewandowski vale somente para o Maranhão. O magistrado estipulou o prazo de até 28 de abril para que a Anvisa se manifeste acerca da compra dos imunizantes.

“Se tiver qualquer problema da Anvisa em liberar a Sputnik V para o Brasil, Mato Grosso vai analisar também para judicializar, para se for o caso que o STF autorize o Estado a fazer a compra, mas acredito que não vai chegar a essa necessidade que até lá, como são 30 dias, a Anvisa já vai ter essa decisão final da possibilidade da liberação da vacina”, explicou

Francisco na quarta-feira (14).

OUTRO LADO - Em um laudo técnico da Anvisa, 15 pontos críticos sobre a vacina russa são apontados quanto à sua qualidade, segurança e até eficácia do imunizante Sputnik V. O laudo que o jornal Valor Econômico teve acesso cita que um dos pontos preocupantes é o fato de a vacina ter partículas preconizadas acima das permitidas para ‘medicamentos que salvam vidas’.

“O impacto da utilização de animais imunossuprimidos nas conclusões não foi esclarecido e, assim, a avaliação necessária em testes de desafio que é muito importante para fornecer evidências sobre potencial desenvolvimento de doença agravada pela vacina não pode ser considerada adequada”, diz parte do relatório da Anvisa citado pelo Valor Econômico.

Entre as análises e pontos também estão a ausência de um estudo de biodistribuição, citado como fundamental para verificação dos efeitos do imunizante sobre tecidos e órgãos, ausência de dados sobre



Procurador-geral do Estado acredita que não será necessário acionar Anvisa para liberar as vacinas compradas por Mauro

a toxicidade reprodutiva e de desenvolvimento da Sputnik V, ausência de documentos como o

certificado de registro pela autoridade sanitária russa e o licenciamento de importação emitido

pelos Siscomex (Sistemas de Comércio Exterior) do governo federal, entre outros.

UNIÃO DE FORÇAS

Max oferece até servidores para ponto de vacina na AL

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Max Rusi (PSB), se reuniu na última segunda-feira (12) com a secretária de Saúde de Cuiabá, Ozenira Félix, para ajustar os detalhes e fazer da Casa de Leis mais um ponto de vacinação na capital.

Além da estrutura, Max ofereceu profissionais da saúde e servidores para atuar no ponto de vacinação que será montado na Casa de Leis.

“Nós temos dificuldades na questão de va-

cinas. O problema hoje está sendo na quantidade de vacinas, mas eu falei com a secretária Ozenira que se chega vacinas numa sexta-feira, por exemplo, e precisar ocupar o espaço da Assembleia de dia, de noite, toda a estrutura da AL, nós estaremos à disposição. O que precisamos é vacinar rápido a nossa população”, disse.

Ozenira afirmou que ainda precisa conhecer o espaço que será destinado à Secretaria de Saúde antes de estabelecer o tamanho da estrutura

que será necessária, bem como o tipo de atendimento que será prestado no local. Destacou ainda que é necessária toda uma logística por trás do posto de vacinação, como transporte, armazenamento e temperaturas.

“Eu queria que a população entendesse que o nosso objetivo é sempre fazer o melhor, porque se não fizermos dentro daquilo que está parametrizado, podemos não ter eficácia na dose, então tudo isso é uma estrutura muito grande”, disse.

PROJETO NA AL

Wilson quer obrigar planos de saúde a oferecer vacina

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) apresentou um projeto de lei para inserir a cobertura de vacina contra a covid-19 no rol de obrigações dos planos e seguros de assistência à saúde no âmbito estadual.

De acordo com o deputado, o projeto visa dar uma assistência ao Estado, para que os mato-grossenses sejam imunizados mais rapidamente.

Wilson argumenta que a oferta de vacinas por meio dos pla-

nos de saúde facilitará a imunização de parte da população, ajudando Mato Grosso no enfrentamento da pandemia. Segundo ele, essa ajuda virá por meio da redução do número de pessoas a serem vacinadas, já que uma parte irá procurar os planos de saúde.

Outro ponto defendido pelo deputado é que não poderá ser imposta qualquer cobrança de prestação financeira imediata aos seus associados, consumidores e/ou dependentes, sendo o valor da vacina diluída na composição de cus-

tos das mensalidades, na forma da lei federal nº 9.656/1998.

Atualmente, Mato Grosso é um dos estados menos eficientes na aplicação da vacina contra a covid-19. Na última sexta-feira (10), o estado era o 26º no ranking nacional de vacinação, com apenas 7,4% da população imunizada.

O projeto 106/2021 deve ser colocado em votação na quarta-feira (14), quando acontece a sessão na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

VAI À SANÇÃO

AL inclui as atividades de ensino no rol de serviços essenciais

Gabriel Soares

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram o projeto de lei que inclui as atividades de ensino no rol de serviços essenciais. Na prática, a medida impede o fechamento de escolas durante o período que durar a pandemia de covid-19 e abre caminho para a retomada do ensino em todo o estado.

Apenas o deputado Lúdio Cabral (PT) votou contra a matéria. Aprovado em segunda votação na Assembleia, o projeto segue para sanção do governador Mauro Mendes (DEM).

Proposto pelo deputado Elizeu Nascimento

(PSL), o projeto de lei 21/2021 foi votado em primeira análise no dia 5 de abril, mas sua tramitação acabou suspensa após um pedido de vistas feito pelo deputado Thiago Silva (MDB).

Antes da votação nesta quarta-feira, quatro emendas foram apresentadas. As mudanças incluem medidas de biossegurança, como uso de máscara e o distanciamento entre mesas, além de condicionar a volta às aulas à conclusão da vacinação dos profissionais da Educação. Este último item, no entanto, não vale para os profissionais da rede privada.

O projeto autoriza o funcionamento das es-

colas com, no mínimo, 30% da capacidade total e assegura o direito de pais e responsáveis optarem pelo ensino à distância, caso esteja disponível.

“Não é o momento para apontar responsáveis, mas é necessário que as atenções se voltem para a retomada dos serviços educacionais de forma presencial, claro que respeitando a opção dos pais que optarem pela modalidade de Educação à Distância, quando disponível. Com esse sistema híbrido, garantimos a liberdade de cada família e o melhor atendimento dos alunos”, diz trecho da justificativa do projeto.

ALERTA DO SINTEP

Educadores só querem voltar após vacinação total em MT

Da redação

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Valdeir Pereira, disse que o início da vacinação da classe não pode ser motivador para que o governo retome as aulas presenciais na rede pública de ensino. O sindicalista pondera que a volta à normalidade só poderá ocorrer de forma segura após a vacinação de toda a sociedade, incluindo os alunos.

“A expectativa nossa do Sintep-MT é de que a vacinação não sirva de escape para o governo, para que os trabalhado-

res vacinem e ao mesmo tempo retornem suas atividades no âmbito das unidades escolares, sem a garantia efetiva que os nossos estudantes e seus familiares não serão contaminados pela covid-19. Retorno às aulas seguras, só é possível quando tivermos a vacina para todos os trabalhadores da educação e a nossa sociedade em geral”, disse o presidente.

Apesar da cobrança de Valdeir, ainda não há vacinas disponíveis para menores de 18 anos. No Brasil, apenas duas vacinas estão sendo aplicadas para imunizar a população: a CoronaVac, da Sinovac em parce-

ria com o Instituto Butantan, e a AstraZeneca/Oxford. Esta segunda chegou a iniciar testes com crianças e adolescentes, mas o estudo foi interrompido no Reino Unido, após relatos de coágulos em adultos. Durante a pesquisa não houve reação nessa faixa etária dos 6 aos 17 anos.

A fala do presidente veio logo após o governador Mauro Mendes (DEM) autorizar na segunda-feira (12) que profissionais da Educação sejam vacinados. A classe começará a ser imunizada após a vacinação dos profissionais de segurança pública.

FAKE DESMENTIDA

Documentos do Ministério desmentem informação propalada pelo presidente Jair Bolsonaro, que alegava ter repassado mais de R\$ 15 bilhões

Economia confirma R\$ 5 bi para MT

Gilberto Leite



Gabriel Soares

Documentos do Ministério da Economia confirmam que o governo federal encaminhou R\$ 5 bilhões para Mato Grosso. Os dados desmentem informação que partiu do presidente Jair Bolsonaro, que afirmou em suas redes sociais ter repassado R\$ 15 bilhões ao Estado, quase três vezes mais que o valor real. Os documentos foram divulgados após requerimento do senador Carlos Fávaro (PSD).

“Começamos a receber mensagens afirmando que o Estado havia recebido R\$ 19 bilhões. Então, como uma das prerrogativas dos parlamentares é a fiscalização dos recursos, solicitei ao ministro Paulo Guedes o detalhamento

dos repasses”, disse Fávaro.

Após a divulgação dos dados errados pelo presidente, a informação passou a ser usada por grupos de oposição ao governador Mauro Mendes (DEM) para atacá-lo nas redes sociais, acusando-o de ‘sumir’ com o dinheiro. Por isso, a divulgação dos dados reais foi exaltada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho.

“O documento confirma que é necessário parar com as fake News, com as mentiras. Perdemos muito tempo para restabelecer verdades. Cadê os outros 10 ou 15 bilhões que mentiram que nós havíamos recebido? Essa tentativa de denegrir um governo, que tanto tem trabalhado para salvar vidas em um momento de pandemia, é de uma irresponsabilidade imensa”, afirmou Carvalho.

Nos R\$ 5,044 bilhões enviados para o Estado estão incluídas transferências constitucionais e legais, que devem ser feitas de forma obrigatória, e somam R\$ 4,695 bilhões. Nesse valor estão incluídos os repas-

ses para Educação, pelo Fundeb do Estado (R\$ 1,694 bi), a compensação pela desoneração das exportações (R\$ 420 milhões) e a quantia de R\$ 1,4 bilhão para ajudar o Estado com a perda da arrecadação em decorrência da pandemia.

Os R\$ 34,8 milhões restantes são referentes a transferências discricionárias (não-obrigatórias), que incluem emendas parlamentares. O governo estadual diz que também investiu R\$ 261 milhões desse total nas ações em saúde de combate à pandemia.

Autor do requerimento, Fávaro destacou ainda que o Orçamento de Mato Grosso para o ano de 2020 foi de R\$ 20 bilhões. Ou seja, o valor divulgado pelo presidente Bolsonaro nas redes sociais, em fevereiro deste ano, representa quase a totalidade dos recursos do Estado.

“Se esta informação que circulava fosse verdadeira, significaria que o Estado recebeu, em recursos da União, quase que a totalidade das suas receitas, o que, claro, não é verdade”, concluiu o senador.



Senador destacou que valor informado pelo presidente é quase a totalidade do Orçamento do Estado em 2020

SEGUE EM ALERTA

Governo não vai relaxar medidas restritivas em MT

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que não irá relaxar o decreto estadual e pediu que a população colabore, mesmo com o que ele classificou como “queda considerável” nos registros de novos casos de covid em Mato Grosso.

O governador disse que os dados epidemiológicos têm mostrado uma diminuição na média de casos. Seu decreto orienta os municípios a adotarem medidas de acordo com suas classificações de risco.

Mendes detalhou que é contra as paralisações e ‘lockdowns’, mas, que foi necessário tomar uma atitude quando as internações em leitos de UTIs

chegaram a atingir 97% da ocupação, número que se mantém ainda hoje, mesmo com a abertura de novos leitos.

“Tentamos minimizar o máximo possível e entendo muito bem o lado das pessoas que precisam trabalhar e tocar a sua vida, mas o que eu peço sempre à população é fazer a sua parte. Não é o momento ainda de achar que está tudo bem, porque o vírus ele está numa cepa muito mais forte, pegando muita gente nova e o vírus agora não poupa ninguém e infelizmente tem muita gente jovem perdendo a vida”, disse.

Mauro afirmou que desde o início da pandemia nunca faltaram leitos de UTIs no estado

e nem medicamentos ou oxigênio nos hospitais estaduais. Contrariando sua fala, 80 pessoas estão em estado grave, aguardando a desocupação de um leito para receber o devido atendimento. Essa falta de leitos de UTI já é realidade há mais de um mês.

“Pedimos à população que use máscaras, não brinque, principalmente final de semana, porque muita contaminação, ela acontece no final de semana. No ambiente de trabalho as pessoas ficam de máscaras, passa o álcool na mão, aí quando vai final de semana para casa, almoço em família, amigo, no papo ali que acontece muito a contaminação”, frisou.

SISTEMA COLAPSADO

STJ derruba liminares para obrigar internações em UTI

Da redação

A guerra pela vida em busca de um leito de UTI durante a pandemia tem sido grande. Com poucas vagas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), muitos pacientes recorrem à Justiça para conseguir uma internação. No entanto, a Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá entrou com um pedido no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedindo a anulação das liminares de internações já proferidas pelo Poder Judiciário Estadual.

Em decisão foi proferida na quinta-feira (15), o presidente do STJ, ministro Humberto Martins citou que não pode permitir a retirada dos atos administrativos do Executivo e que isso poderia desordenar a ordem lógica de funciona-

mento regular do Estado na prestação de serviço de saúde.

“Sabe-se que a regulação dos leitos de UTI é realizada pelo Poder Executivo de modo a atender as prioridades clínicas estabelecidas pelo corpo médico das Secretarias de Saúde. Considerando os prejuízos à saúde ocasionados por decisões liminares que, em razão da sua natureza unipessoal, não consideram os fatores gerais que interferem no Sistema de Saúde como um todo, o Conselho Nacional de Justiça editou recentemente a Recomendação n. 92/2021 com o objetivo de orientar os magistrados, à luz da independência funcional”, diz parte da decisão de Martins.

NEGATIVA DO TJ - Inicialmente a procuradoria entrou com uma

ação no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), solicitando o indeferimento de 57 liminares concedidas pelo juiz titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de Várzea Grande, José Luiz Leite Lindote, mas o município de Cuiabá teve o pedido pela desembargadora Maria Helena Gargalgione Póvoas.

Ao recorrer ao STJ, a procuradoria teve o seu pedido atendido. Na ação, o município alegou que tais liminares concedidas acarretam uma desordem no Sistema Único de Saúde e fere a igualdade entre os cidadãos que precisam do mesmo tratamento para covid-19. Além disso, a procuradoria citou a Lei n. 13.979 de 2020, dando competência aos estados e municípios sobre legislar sobre a saúde pública.

ACELERA

Emanuel antecipa grupo de comorbidades na vacinação

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) anunciou que irá antecipar a vacinação da população cuiabana com comorbidades para a covid-19. A nova etapa também pessoas em situação de rua, garis e outros profissionais. O anúncio foi feito na última sexta-feira (16) em coletiva de imprensa na Associação Mato-grossense de Municípios (AMM).

Durante conversa com jornalistas, o prefeito afirmou que já pe-

diu à sua equipe o levantamento do número de pessoas.

“Já determinei à minha equipe que na medida que forem chegando novos lotes, dê sequência na vacinação dos idosos, que esse ritmo não pode perder, mas paralelo a isso, quero abrir a antecipação do grupo das comorbidades, que são os que mais precisam, que faz hemodíalise, síndrome de Down, autistas, hipertensos, obesos, são pessoas que precisam ter prioridade”, disse o prefeito.

Pinheiro também listou que pretende dar início à imunização de moradores de rua, catadores de recicláveis, carroceiros, garis e varredores. Segundo o prefeito, cerca de 1.500 pessoas integram esse grupo.

O motivo para priorização dessas pessoas se dá por seu expressivo número de internações em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A expectativa é que o cronograma para vacinação dessas pessoas fique pronto nos próximos dias.

SEM INVESTIGAÇÃO

Botelho: “Não temos fatos que justifiquem CPI aqui”

Da redação

Primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM) afirmou ser contra a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do governo de Mato Grosso no combate à pandemia de covid-19, como está sendo feito no Senado Federal.

Botelho se disse favorável à abertura de uma CPI para investigar as ações do governo federal, mas avalia que não há indícios de irregularidades que justifiquem a abertura de uma comissão similar em âmbito estadual.

“Nós não vamos abrir CPI aqui só porque abriu lá. Qual fato que teve aqui que justifique a abertu-

ra da CPI? Eu acho que aqui nós não temos nenhum fato que justifique a abertura de CPI. Agora, eu acho que a CPI nacional tem, sim, que investigar estados que foram totalmente omissos, que têm vários problemas”, disse o deputado.

Botelho afirmou que o governo federal cometeu muitos erros na condução da pandemia e reconheceu que alguns estados e municípios chegaram a ter denúncias de fatos relevantes, como desvio dos recursos destinados às ações contra a pandemia. Contudo, ele defende que apenas estes órgãos suspeitos devem ser investigados.

O deputado ainda cobrou uma ação mais efetiva da bancada federal em Brasília para me-

lhorar a distribuição das vacinas para Mato Grosso, já que é o estado no Centro-Oeste que menos recebeu doses para imunizar sua população.

“Nossos deputados federais e senadores têm que agir duro lá. Está faltando ação nesse aspecto. Eles têm que agir em cima, para que a gente possa se igualar aos outros estados”, pontuou.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) apontam que Mato Grosso só está à frente dos estados do Acre, Maranhão e Piauí em porcentagem da população vacinada com a segunda dose. Até esta terça-feira, apenas 2,32% dos mato-grossenses haviam sido completamente imunizados, com as duas doses das vacinas.

OBRAS ATÉ 2023

O Mercado Municipal, no passado, era o único mercado da cidade e era o ponto de encontro da democrática sociedade cuiabana

Novo Mercado Municipal promete



Da redação

O Centro Histórico de Cuiabá passará por uma reformulação completa até 2023, prometeu o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), ao apresentar os estudos técnicos para revitalização do Mercado Municipal de Cuiabá na manhã da última sexta-feira (16). Além do mercado, a Prefeitura avalia a implantação de vários outros projetos por meio de Parceria Público-Privada (PPP).

A 'cereja do bolo', segundo Emanuel, é a revitalização do Mercado Municipal. Atualmente, o espaço de dois mil metros quadrados tem 30 boxes comerciais,

mas poucos deles estão sendo utilizados. Erguida na década de 1950, a estrutura já viveu dias melhores e hoje tem recebido críticas dos consumidores e até mesmo dos comerciantes que lá trabalham, devido à situação de abandono, que transformou o local em um ponto de prostituição e uso de drogas.

"O Mercado Municipal, no passado, era o único mercado da cidade e era o ponto de encontro da democrática sociedade cuiabana. Do mais humilde dos cuiabanos ao mais abastado, todos se encontravam no Mercado Municipal. [...] Com o desenvolvimento de Cuiabá, vieram os supermercados e o Mercado Municipal se tornou em um ponto de drogas, de violência, de decadência", disse o prefeito.

A ideia de Emanuel é deixar o local mais 's sofisticado', até por causa da localização do Mercado, no 'coração de Cuiabá', às margens da Avenida Generoso Pon-

ce (extensão da Isaac Póvoas). O projeto prevê a construção de uma estrutura com três andares, com praças de alimentação e estacionamento no último pavimento.

"Estamos não só resgatando a história de Cuiabá, mas requalificando esse Mercado, explorando essa área da cidade da melhor forma possível, apresentando uma visão moderna, futurista, com geração de emprego e renda e novas oportunidades para a cidade", destacou.

Outros projetos para a revitalização do Centro de Cuiabá também estão sendo analisados. Eles vão desde a criação de mais vagas de estacionamento por meio do programa Faixa Verde, para estimular o fluxo de pessoas no comércio da região, até a transformação de mais ruas em calçadas, a exemplo da Antônio Maria e da Galdino Pimentel.

As novas vagas de estacionamento na rua contarão com sensores



Gilberto Leite

A previsão é de que até o fim de setembro as obras sejam iniciadas e a entrega ocorra em 2023

para acompanhamento de sua ocupação, além de sistemas de parquímetro virtual, com cobrança no cartão e monitoramento por meio de câmeras com sistema OCR (reconhecimento óptico de caracteres), que permite

identificar as placas dos veículos.

Também está prevista a atualização dos abrigos de ônibus por modelos mais modernos, que incluem totem de informações eletrônico e repetidor de wi-fi.

O prefeito Emanuel Pinheiro destacou que a Prefeitura não dispõe de todos os recursos para fazer essas obras. Por isso, a ideia é trabalhar por meio de parcerias com a iniciativa privada.



Gilberto Leite

Para garantir a imunidade contra a covid-19, é preciso tomar as duas doses da vacina

2ª DOSE DA VACINA

Saúde irá "caçar" os faltosos

Da redação

Mais de 17 mil mato-grossenses perderam o prazo para aplicação da segunda dose da vacina contra a covid-19. A informação foi divulgada pelo Ministério da Saúde, que irá lançar uma força-tarefa de busca ativa, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Saúde, para garantir que o esforço feito para vacinação não seja perdido.

A orientação do Ministério é para que essas pessoas procurem uma unidade de saúde para aplicação da segunda dose o mais rápido possível, mesmo que já tenha passado o prazo estipulado no cartão de vacinação.

"Destaco aqui que, mesmo que vença o prazo, a recomendação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) é que elas completem o esquema. Então, quem atrasou e não conseguiu ir com 28 dias de intervalo da Coronavac, ou aquelas que não conseguiram ir com 84 dias da vacina AstraZeneca, devem comparecer para completar o esquema", destacou a coordenado-

ra do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Francieli Fantinato.

Os dados do Ministério apontam que mais de 1,5 milhão de brasileiros perderam o prazo para aplicação da segunda dose. A grande maioria deles foi vacinado com a Coronavac, que tem intervalo de 28 dias entre as duas doses. Para garantir a imunidade, é preciso tomar as duas doses da vacina.

Em Mato Grosso, todas as pessoas que perderam o prazo para aplicação da segunda dose foram vacinadas com a Coronavac. Ao todo, 17.054 mato-grossenses estão atrasados no esquema vacinal.

PIOR NO RANKING - A corrida para vacinar os mato-grossenses ainda é lenta na comparação com outros estados. Dados do Ministério da Saúde apontam que já foram enviadas mais de 618.700 doses da vacina ao estado. Desse total, 99,5% já foram distribuídos aos 141 municípios pela Secretaria Estadual de Saúde, mas Mato Grosso ainda entre os piores no ranking de pessoas vacinadas.

O governo afirma que as doses recebidas pelo Ministério da Saúde estão dentro do esperado, mas que há um descompasso entre a aplicação pelas prefeituras e a alimentação do sistema. O governador Mauro Mendes (DEM) pediu, mais uma vez, que os prefeitos atualizem o sistema do SUS.

"Quero pedir a colaboração e atuação mais firme dos prefeitos nessa campanha de vacinação. Feita a vacinação, o pessoal precisa alimentar o sistema do ministério. Peço que os senhores prefeitos orientem, cobrem, ajudem os seus secretários de Saúde para que as secretarias, quando vacinarem, alimentarem o sistema do ministério da Saúde", disse.

Dentro do Plano Nacional de Imunização (PNI), o Governo de Mato Grosso é responsável por receber e distribuir as vacinas aos municípios. Já às prefeituras, cabe a vacinação, bem como informar a quantidade de doses aplicadas dentro do sistema do ministério.

EFEITO COVID

Estado em situação de emergência

Da redação

O avanço do novo coronavírus em Mato Grosso levou o governador Mauro Mendes (DEM) a declarar situação de emergência no estado de forma a auxiliar os 141 municípios no enfrentamento a doença. O decreto foi publicado na quarta-feira (14) e irá passar por validação do governo federal.

O pedido foi feito pela Defesa Civil do Estado e terá validade de 30 dias, podendo ser prorrogado por até 180 dias. A situação de emergência derruba uma série de exigências burocráticas, facilitando a realização de medidas de enfrentamento à covid-19.

"A maioria dos municípios está com classificação de risco alta ou muito alta, com UTIs na capacidade máxima. Com o decreto, as prefeituras conseguem fazer aquisições e investimentos emergenciais com mais agilidade, tendo em vista a urgência em salvar vidas", explicou.

De acordo com o último boletim informativo nº 4,01 da Secretaria Estadual de Saúde (SES-MT) divulgado na última terça-feira (13), 31 municípios registraram classificação de risco muito alta para o coronavírus. São eles: Alto Taquari, Araguaiana, Araguaína, Brasnorte, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Canabrava do Norte, Canarana, Curvelândia, Diamantino, Figueirópolis D'Oeste, Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde, Marcellândia, Mirassol D'Oeste, Novo São Joaquim, Paranaíta, Planalto da Serra, Poconé, Ponte Branca, Porto Estrela, Poxoréu, Querência, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio

do Leste, São José do Povo, São José do Xingu, Sapezal, Tangará da Serra e Torixoréu.

Outras 110 cidades estão classificadas na categoria de risco alto para a contaminação do coronavírus. Nenhum município foi classificado com risco moderado para a Covid-19.

Até a tarde de quarta-feira (14) a taxa de internação de pacientes com covid-19 em UTIs era de 95,21% para adul-

tos. Há em Mato Grosso 517 internações em UTIs públicas e 447 em enfermarias públicas.

Dentre os dez municípios com maior número de casos de Covid-19 estão: Cuiabá (71.594), Rondonópolis (25.121), Várzea Grande (21.805), Sinop (17.160), Sorriso (12.197), Tangará da Serra (11.322), Lucas do Rio Verde (10.900), Primavera do Leste (9.701), Cáceres (7.237) e Alta Floresta (6.454).



Gilberto Leite

Em situação de emergência, os municípios conseguem realizar ações contra a covid com menos burocracias



Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações

65-99228-9990

SITUAÇÃO DRAMÁTICA

Descompasso entre o preço da proteína no mercado interno e a arroba do boi ameaça frigoríficos que não atuam com exportação

Carne tá cara até para a indústria

Wenderson Araujo/Trilux

**Da redação**

A combinação entre matéria-prima cara e falta de gado no campo, aliado a um mercado consumidor já bastante enfraquecido, está inviabilizando a operação dos pequenos frigoríficos, que dependem do mercado interno para sobreviver. Como resultado, várias unidades de Mato Grosso e outros estados decidiram paralisar as atividades até que a situação melhore.

O valor da proteína para o consumidor subiu 17,97% em 2020, em média, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Só que para os frigoríficos, a alta na arroba do boi foi bem maior. Nos últimos 12 meses, a arroba do boi gordo registrou valorização de 75,92% em Mato Grosso, saindo de

R\$ 169,55 em 13 de abril de 2020 para R\$ 298,28 na cotação da última segunda-feira (12).

O diretor técnico da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Francisco Manzi explicou em entrevista ao Estação Mato Grosso que a conjuntura atual do mercado está 'dramática' para os frigoríficos que dependem do mercado interno, já que preço da matéria-prima não tem evoluído na mesma proporção que o valor do atacado.

Segundo Manzi, a situação já levou algumas plantas frigoríficas a fecharem as portas, enquanto outras unidades optaram por entrar em férias coletivas. Apesar de a situação ser pior para os frigoríficos que dependem do mercado interno, algumas plantas que exportam também tiveram que suspender as atividades devido às dificuldades para comprar o boi gordo.

A situação fica clara na escala de abates da indústria frigorífica de Mato Grosso. No começo de 2020, as fábricas tinham animais suficientes para manter sua operação por até 6,5 dias, chegando à máxi-

ma de 7 dias em março de 2020. Atualmente, a escala de abate tem oscilado entre 3,5 e 4,5 dias, conforme dados da série história do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

"Está tendo pouco boi para o abate e também estamos vivendo um ciclo pecuário onde tivemos um abate muito grande de fêmeas nos últimos anos. De 2015 pra cá, muitas fêmeas pararam de produzir bezerros e foram para os frigoríficos, o que culminou na falta de bezerros atualmente", explicou.

Além da falta de animais para abate, houve um aumento significativo na demanda internacional, tendo a China como principal compradora. Segundo dados do Ministério da Economia, o Brasil embarcou 159.422 toneladas da proteína no mês passado, sendo que 60% deste montante foi parar nos mercados chineses. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve aumento de 8% nas exportações.

"Tem vários fatores que explicam esse ciclo pecuário: a exportação,



Frigoríficos mais dependentes do mercado interno estão fechando as portas ou decretando férias coletivas para conter custos

o dólar está atrativo, a peste suína africana que fez com que a China migresse da carne suína para a bovina, a falta de bezerro... foi um aumento da procura num momento onde tínhamos pouca oferta", pontuou Manzi.

O diretor da Acrimat ainda ressalta que o pecuarista não influencia

e nem interfere no preço final da arroba do boi, que acaba sendo estabelecido pelos frigoríficos, com base na situação atual do mercado.

"O produtor não põe o preço, o frigorífico é quem fala quanto está pagando, e ele paga mais ou menos, levando em consideração a demanda de abate, tanto do mer-

cado interno quanto do externo", explicou.

A previsão de Manzi é que o mercado da carne só volte a se estabilizar em 2022, caso haja um avanço mais significativo na produção de bezerros. Até lá, frigoríficos e consumidores terão que ajustar suas contas para lidar com o alto preço da proteína bovina.

APP EMPAER

Contato entre agricultores e técnicos será facilitado

Da redação

Com objetivo de levar tecnologia ao campo e tornar o contato com técnicos da Empaer mais fácil e rápido, a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) lançará uma plataforma digital para atender agricultores familiares. O aplicativo está sendo desenvolvido em parceria com a Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação (MTI) e tem previsão de lançamento para a segunda quinzena do mês de maio.

O técnico em Administração Sistêmica da Empaer, Eder Antônio da Silva, comenta que o aplicativo será inserido na plataforma de Governo MT Cidadão e vai atender o público rural e

também urbano. A ferramenta vai facilitar a rotina dos agricultores e simplificar a vida no campo por meio de uma interação de fácil manuseio.

"O produtor vai interagir com uma equipe composta por técnicos, pesquisadores e profissionais de várias áreas aptos a prestarem informações e atendimento", explica.

De acordo com Eder, por meio do aplicativo o produtor poderá acessar as informações da sua propriedade e dúvidas sobre assuntos diversos, como crédito rural e administração da propriedade, obter informações técnicas sobre culturas e criações e solicitar visitas para atendimento in loco na propriedade rural. Além dos produtores, os moradores

urbanos, feirantes, diretores de escolas, ou qualquer outra pessoa que tenha alguma dúvida relacionada ao trabalho rural também poderá entrar em contato para obter orientação. Tudo isso diretamente pelo celular.

O novo aplicativo estará interligado com o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento das Atividades da Empaer, o Sague. A plataforma está sendo utilizada para coletar as informações dos serviços prestados ao público alvo, além de avaliar o ganho social dos produtores rurais e o trabalho executado pelos técnicos da Empaer. O cadastramento dos produtores começou em 2019 e já foram cadastrados, pelo Sistema Sague, mais de 50 mil agricultores familiares de 2.270 comunidades rurais em 123 municípios.

A publicitária da Empaer, Lara Jordani, responsável pela parte visual e fluxo de informações do aplicativo, comenta que a ferramenta tem como objetivo atender o agricultor e a sociedade em geral de forma mais prática, célere e econômica.

Conforme Lara, além desse atendimento direto ao produtor e a sociedade em geral, o aplicativo também permitirá uma comunicação mais eficiente entre os próprios técnicos de diferentes localidades no Estado, considerando a especialidade de cada um e atendendo, assim, a uma demanda específica que já existia dentro da empresa. (Com Assessoria de Imprensa)



GoomMT/Maria Aniffe

O objetivo é levar tecnologia ao campo e tornar o contato com o técnico da Empaer mais fácil e rápido

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.**CASA DOS VIDROS**

☎ 65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

CRISE DO VÍRUS

Número de consumidores inadimplentes em Mato Grosso cresce 3,91% em março; dificuldade para pagar contas básicas preocupa especialistas

Endividamento cresce a cada mês



Da redação

A inadimplência em Mato Grosso segue aumentando a cada mês. É o que aponta um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

Conforme a pesquisa, Mato Grosso fechou o mês de janeiro com aproximadamente 1,08 milhão de consumidores inscritos em cadastros de devedores, crescimento de 0,63% na passagem de dezembro para janeiro.

Já de fevereiro para março, o número de devedores em Mato Grosso cresceu 3,91%, totalizando aproximadamente 1,129 milhões de devedores. Já o total de dívidas chegou a 2,160 milhões, resultando em uma média de 1,9 dívida por consumidor.

A pesquisa realizada pela CNDL aponta que a faixa etária com maior número de devedores em Mato Grosso é aquela com idade entre 30 e 39 anos (26,23%). Em seguida aparecem os adultos, com 40 a 49 anos (21,66%), 50 a 64 anos (19,58%). O grupo mais jovem, com idade entre 25 e 29 anos, é o menos

endividado, com 13,12% do total.

O setor que mais teve aumento de dívidas foram os bancos, com 32,07% de inadimplência, seguido pelo comércio, com 30,60%. As contas básicas, como água e luz, representam 17,37%.

Para o superintendente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá), Fábio Granja, o aumento da inadimplência é resultado da crise sanitária, das medidas restritivas adotadas para conter o avanço do coronavírus e da demora na imunização coletiva da população mato-grossense, por meio da vacina.

“Conforme já alertado durante o mês de março, ficou confirmado no fechamento do referido mês um aumento de aproximadamente 4,2 mil novos devedores e 81 mil novas dívidas vencidas”, afirmou.

Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, o economista Thais Sampaio alertou que a renda das famílias tem diminuído e a taxa de desemprego tem aumentado. Por isso, está cada vez mais difícil manter as contas em dia. “Dívidas com o cartão de crédito é o campeão em inadimplência. Nos dados do Bacen e da Febraban é possível ver a inadimplência das famílias”, pontuou.

O ponto de vista é compartilhado por Fábio Granja, que também vê com preocupação o aumento da participação das contas básicas (água e luz) no total de dívidas. “Março fechou com



Mais de um terço dos cuiabanos teve a renda comprometida e 1 em cada 4 não consegue pagar o básico

um percentual de 10,5% acima de fevereiro. Isso confirma que o poder financeiro do cidadão tem reduzido e afetado cada vez mais o pagamento em dia de compromissos, inclusive de contas básicas”.

Thais Sampaio afirma que 2021 ainda não será o ano em que as dívidas serão sanadas, já que o consumidor terá que administrar o que é mais importante e emergencial. “As dívidas das famílias não vão abaixar agora. A tendência é aumentar. Pode ser que tenha um pouco mais de controle em 2022, isso se curva da covid-19 diminuir e se, até lá, uma boa parte da população já tiver sido vacinada”.

Gilberto Leite



Interessados devem ter em mãos os dados do veículo, nome do proprietário e número de contato

MULTAS DE TRÂNSITO

Motoristas podem parcelar débitos de 2019 em até 12x

Da redação

Os motoristas que tiverem débitos relacionados às multas aplicadas por descumprimentos às regras de trânsito, têm a opção de parcelamento da dívida em até 12 vezes, nas penalidades aplicadas até o mês de dezembro de 2019.

Antenor Figueiredo, secretário de Mobilidade Urbana de Cuiabá, destaca que esse tipo de acordo está previsto na Lei Complementar 274/11 possibilitando que os valores sejam divididos em 12 vezes. “A medida visa facilitar o pagamento do débito por parte dos contribuintes, assim como aumentar a celeridade na

emissão de documentos (CRLV)”, pontuou Antenor.

Os agendamentos podem ser feitos pelo telefone 3615-4206 ou pelo WhatsApp (65) 99235-6950. Foi disponibilizada uma equipe para realizar os atendimentos, onde será explicado o passo a passo que precisa para fazer a negociação.

Devido a pandemia do coronavírus, a fim de evitar aglomerações, os atendimentos presenciais são exclusivos para aquelas pessoas que não tem acesso à internet. Os demais serão resolvidos por meio digital.

Os interessados devem ter em mãos, os dados do veículo, nome

do proprietário e telefone para contato. Os pagamentos poderão ser feitos com cartões de débito ou crédito. O não pagamento de três parcelas consecutivas implicará na rescisão do parcelamento e vencimento extraordinário das demais parcelas. Sendo assim, os débitos passam a ser inscritos na dívida ativa do município.

Os valores serão destinados ao Fundo Municipal de Trânsito e Transportes Urbano (FMTU), que garante a capacitação e o gerenciamento de recursos financeiros e a execução de políticas voltadas ao setor.

(Com Assessoria)

PESQUISA SERASA

Mais de três milhões de novas empresas nasceram

Daniel Mello/ ABr

Em 2020, foram abertas 3,3 milhões de novas empresas, segundo levantamento da Serasa Experian. O número apresenta um crescimento de 8,7% em comparação com 2019, sendo o maior desde 2011, início da série histórica da Serasa.

A maior parte das novas empresas (79%) são microempreendedores individuais, totalizando a abertura de 2,7 milhões de MEIs. “O alto número de MEIs é um dos fatores que comprova o empreendedorismo por necessidade, já que durante quase um ano de pandemia muitas pessoas que perderam seus

empregos optaram por abrir um CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] e trabalhar com aquilo que já sabiam fazer ou em segmentos com baixo custo de aprendizagem”, explica o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

ADAPTAÇÃO - O ramo da alimentação representou 9,7% do total empresas a aberturas, sendo o segmento com maior número de novas empresas. Em seguida vem o setor de confecções, com 6,2% do total, e o de reparos e manutenção, com 6,1%.

Segundo Rabi, esses dados mostram uma adaptação dos empreendedores à realidade da pandemia do novo

coronavírus. O setor da alimentação oferece produtos essenciais e possibilitam a abertura de negócios de baixo custo. “Agora, quando falamos em confecção, o segundo ramo no ranking de abertura de novas empresas em 2020, fica claro que a produção das máscaras de proteção contra a covid-19 impactou o índice”, acrescenta o economista.

A Região Norte teve o maior crescimento na abertura de novos negócios, com 20,9% de aumento em relação a 2019, com o surgimento de 174,5 mil novos empreendimentos. No Centro-Oeste a expansão ficou em 13,3% e no Sul em 11,5%.

SUPERMERCADOS

Consumo dentro dos lares registra aumento de 7,57%

Da redação

O Índice Nacional de Consumo ABRAS nos Lares Brasileiros (INC) apresentou crescimento real de 7,57%, de janeiro a fevereiro, na comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com o Departamento de Economia e Pesquisa da entidade nacional de supermercados. Em relação ao mês de janeiro de 2021 o índice registrou queda de -6,75%. Na comparação com fevereiro de 2020 a alta foi de 5,18%.

O vice-presidente Institucional e Administrativo da ABRAS, Marcio Milan, atribui o resultado do ano à pandemia da covid-19. “Nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, o Brasil ainda não tinha sido impactado pela pandemia, que começou em março. Em 2021, com a continuidade das restrições e das medidas de isolamento social para com-

bater a covid-19, com aulas escolares virtuais, trabalho remoto, e bares e restaurantes fechados, o consumo dentro do lar foi favorecido”, declara Milan.

De acordo com o vice-presidente, o resultado negativo na comparação com janeiro é devido ao calendário reduzido do segundo mês do ano. “Fevereiro conta com 28 dias e janeiro com 31, portanto três dias a menos no consumo”, destaca Milan.

ABRASMERCADO - O indicador *Abrasmmercado, cesta dos 35 produtos de largo consumo nos supermercados, apurado em parceria com a GfK, registrou queda de -0,47% em fevereiro, na comparação com janeiro, passando de R\$ 636,40 para R\$ 633,80. No acumulado dos 12 meses o valor da cesta subiu 24,46%.

As maiores quedas nos preços da cesta de fevereiro foram regis-

tradas nos produtos: tomate, -15%; batata, -14,75%; frango congelado, -3,48%; óleo de soja, -3,31%, e arroz, -3,31%. As maiores altas foram nos itens: cebola, 17,45%; farinha de mandioca, 3,33%; açúcar, 2,79%; ovo, 2,65%; leite em pó integral, 2,63%.

REGIÕES - As regiões Nordeste e Sul foram as únicas que registraram alta no valor da cesta Abrasmmercado, 0,49% e 0,07%, respectivamente. A cesta do Nordeste passou de R\$ 550,95 para R\$ 553,64, e a do Sul de R\$ 691,85 para R\$ 692,31. Confira a apresentação na íntegra no anexo.

*A cesta Abrasmmercado não é a cesta básica, mas, sim, uma cesta composta por 35 produtos mais vendidos nos supermercados: alimentos, incluindo cerveja e refrigerante, higiene, beleza e limpeza doméstica.